

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE VIOLÊNCIA ENVOLVENDO ADOLESCENTES E JOVENS NO CONTEXTO DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE DO JORNALISMO DE PROXIMIDADE EM IJUÍ¹
JOURNALISTIC NARRATIVE ON VIOLENCE INVOLVING ADOLESCENTS AND YOUNG PEOPLE IN THE CONTEXT OF REDUCTION OF CRIMINALITY AGE: AN ANALYSIS OF PROXIMITY JOURNALISM IN IJUÍ

Lara Nasi²

¹ Artigo resultante da pesquisa A Narrativa jornalística sobre violência contra adolescentes e jovens em jornais e portais que circulam em Ijuí/RS, desenvolvida no DACEC, vinculada ao Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania.

² Professora Mestra do Departamento de Ciências Administrativas, Econômicas, Contábeis e da Comunicação, Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal de Santa Maria.

RESUMO

Ao reconhecer o jornalismo como narrativa (MOTTA, 2013; LEAL, 2013; BIRD; DARDENNE, 2016,) o objetivo deste trabalho é analisar como se configura a construção de sentidos para a redução da maioridade penal no jornalismo de proximidade (CAMPONEZ, 2012; AMARAL, 2012) nos jornais Hora H e Jornal da Manhã e no portal Ijuí News, de Ijuí/RS. Para isso, empreendemos uma análise da narrativa (MOTTA, 2013) para compreender os sentidos produzidos pelas notícias policiais e de segurança dos referidos veículos nos meses de junho, julho e agosto de 2015, quando se discutia, no Brasil, o Projeto de Emenda Parlamentar 171/1993, cuja proposição era de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Os resultados apontam para duas possibilidades narrativas distintas nos jornais: uma episódica sobre violência, com base em casos isolados, em que o jovem é considerado como suspeito, e outra em que o jovem é considerado vítima, quando o jornalismo aborda o projeto de lei e o contexto da violência envolvendo a juventude.

Palavras-chave: Jornalismo; Narrativa; Redução da Maioridade Penal

ABSTRACT

In this essay, we recognize Journalism as a narrative (MOTTA, 2013; LEAL, 2013; BIRD; DARDENNE, 2016), and, thus, we aim to analyze the narrative construction of meanings for the reduction of criminality age in proximity Journalism (CAMPONEZ, 2012; AMARAL, 2012) on the newspapers Hora H and Jornal da Manhã, as well as on the site Ijuí News, all from Ijuí City, Rio Grande do Sul State, Brazil. To do so, we undertake a narrative analysis (MOTTA, 2013), aiming to understand the meanings produced by police and public safety News in those media, during the months of June, July and August 2015, when it was being discussed in Brazil the *Projeto de*

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

Emenda Parlamentar 171/1993, which intended to reduce the criminality age from 18 to 16 years-old. Results point to how distinct narrative possibilities: an episodic one, based on isolated cases, in which the Young one is considered a suspect, and other one, in which the Young one is considered a victim, which happens when Journalism approaches the law Project and the context of violence related to Youth.

Keywords: Journalism; Narrative; Majority Criminal

1. INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade são pautas recorrentes no jornalismo em diferentes localidades e espacialidades. Não é assunto exclusivo das grandes cidades: a violência também existe no interior e é pautada pelo jornalismo local e regional. Na articulação entre território, comunicação e comunidade, o local e o regional levam ao conceito de *jornalismo de proximidade*. Carlos Camponez (2012) defende o conceito a partir de um pacto comunicacional no contexto das comunidades “de lugar”, que se reconhecem em valores e interesses construídos e recriados localmente. Nessa vivência, jornalismo e território se entrecruzam. É nessas comunidades de lugar, explica o autor, que intervêm “critérios como o espaço geográfico de implantação do projeto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada” (CAMPONEZ, 2012, p. 36). Essas escolhas, explica o autor, levam, por fim, à definição dos públicos e a proximidade assume uma dimensão simbólica sem a qual, citando Silverstone, afirma: “não há lugar para a própria existência de comunidade” (CAMPONEZ, 2012, p. 36).

Vítor Amaral (2012) pontua que na relação entre campo jornalístico e sociedade democrática, “a imprensa regional tem especial importância no contributo para a “regeneração” de um espaço público local, potenciando a capacidade racional e ação cívica dos cidadãos sobre assuntos da *res publica*”. (AMARAL, 2012, p. 1, grifo do autor).

Pensar na atividade jornalística pressupõe observar a composição de narrativas que contribuam com a produção de conhecimento (GENRO FILHO, 2012). Vivemos em uma sociedade ainda com muitas desigualdades e preconceitos. Superá-los implicaria também adotar uma postura de questionamento dessa realidade. A despeito dos argumentos de que o jornalismo reflete a realidade tal qual ela é, assumimos que o jornalismo se trata, antes de tudo de uma atividade cultural. E que as produções jornalísticas são sempre representações sobre a realidade e, por isso, conformam histórias, que são, em última instância, narrativas.

Considerar as notícias como narrativas não nega o valor de considerá-las como correspondentes da realidade exterior, afetando ou sendo afetadas pela sociedade, como produto de jornalistas ou da organização burocrática, mas introduz uma outra dimensão às notícias, dimensão essa na qual as ‘estórias’ de notícias transcendem suas funções tradicionais de

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

informar e explicar. As notícias enquanto abordagem narrativa não negam que as notícias informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. No entanto, muito do que aprendem pode ter pouco a ver com os 'fatos', 'nomes' e 'números' que os jornalistas tentam apresentar com tanta exatidão. Estes pormenores - significantes e insignificantes - contribuem todos para o bem mais amplo sistema simbólico que as notícias constituem. Os fatos, nomes e detalhes modificam-se quase diariamente, mas a estrutura social na qual se enquadram - o sistema simbólico - é mais duradoura (BIRD; DARDENNE, 2016, p. 359).

Na mesma perspectiva, Luiz Gonzaga Motta, entende que as narrativas "apresentam e organizam o mundo, ajudam o homem a construir a realidade" (MOTTA, 2013, p. 33).

O homem narra: narrar é uma experiência enraizada na existência humana. É uma prática humana universal, trans-histórica, pancultural. Narrar é um metacódigo universal. Vivemos mediante narrações. Todos os povos, culturas, nações e civilizações se constituíram narrando. Nossas vidas são acontecimentos narrativos. O acontecer humano é uma sucessão temporal e causal. Vivemos as nossas relações conosco mesmos e com os outros narrando. Nossa vida é uma teia de narrativas na qual estamos enredados (MOTTA, 2013, p. 17).

Compreendendo o jornalismo como narrativa, neste trabalho nosso objetivo é analisar a narrativa sobre violência quando envolve adolescentes e jovens, no contexto de redução da maioridade penal. Nosso objeto são as notícias sobre crimes e segurança pública veiculadas na imprensa de proximidade de Ijuí/RS, e compõem o nosso corpus notícias dos jornais Hora H e Jornal da Manhã e portal Ijuí News. Adotamos a metodologia de análise crítica da narrativa (MOTTA, 2013), para um período de análise entre os meses de junho, julho e agosto de 2015, ano em que foi votada pela Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição 171/1993, que visava reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos. Assim, nosso objetivo é observar como se configurou a narrativa sobre violência envolvendo adolescência e juventude num período em que a punição aos atos infracionais cometidos por jovens estava em debate em âmbito nacional.

2. METODOLOGIA

Essa etapa da pesquisa segue-se a análise anterior (NASI, 2016; NASI, ANDRETTA, 2016), em que, com base na análise das narrativas dos jornais nos meses de outubro, novembro e dezembro percebemos que a variável juventude e adolescência não era tão presente quando o assunto era violência. Em um corpus com 122 notícias, no Jornal da Manhã, 20% referiam-se a casos em que adolescentes ou jovens eram vítimas, e 19% relacionam adolescentes ou jovens como suspeitos. No jornal Hora H a porcentagem de notícias que tinham adolescentes ou jovens mencionados como vítimas ou suspeitos era de 25%, e já no portal Ijuí News o número subia para 41% quando se falava de adolescentes ou jovens como vítimas, e 76% quando eram suspeitos. Assim, propusemos um novo período de análise, entre os meses de junho e agosto de 2015, desta vez

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

coletando apenas notícias sobre casos de violência e criminalidade com a presença de adolescentes ou jovens, como suspeitos ou vítimas, e ainda todos os textos relacionados à redução da maioria penal. O critério para a definição do período foi que em julho daquele ano a Câmara votou a PEC 171/93, assim, elegemos um mês anterior, o mês da votação e o mês posterior a ela.

A metodologia com a qual trabalhamos é a de Motta (2013), de análise crítica da narrativa. O autor destaca que se deve conhecer o início o meio e o fim da narrativa que se pretende analisar, com todos os seus episódios, e assim, pode-se perceber de maneira mais clara as astúcias e efeitos de sentido propostos nas narrativas (2013). Contudo, na narrativa em questão não estamos diante de algo que tenha início, meio e fim. Nossa observação é de um assunto constante e permanente na produção jornalística, ainda que com uma abordagem episódica e fragmentada: a violência e a criminalidade. Assim, buscamos inspiração em Bruno Leal (2013), que concebe a narrativa como uma entidade abstrata, inserida na dinâmica comunicacional. Ele propõe o conceito de olhar narrativizante, que busca “designar a apreensão de um texto ou conjunto deles como constituindo uma narrativa”.

Lançamos, dessa forma, um olhar narrativizante ao nosso corpus, que, totaliza 80 notícias. Selecionamos apenas notícias que tinham, entre vítimas ou suspeitos, adolescentes e jovens. Para analisá-las, seguimos um dos movimentos metodológicos propostos por Motta: compreender a lógica do paradigma narrativo;

O autor observa que “O uso de um ponto de vista por um narrador (...) vai recriar e representar o mundo fático de maneira diferente de outro ponto de vista ou perspectiva possível, mas não utilizado. Vai recriar e representar o mundo de uma maneira própria, quando poderia ser diferente” (2013, p. 145). Essa compreensão pode nos fornecer pistas sobre o projeto dramático do narrador. Para compreender o paradigma narrativo, é necessário aprofundar-se no projeto dramático, nas formas como o narrador utiliza estratégica e astuciosamente recursos da linguagem para construir um discurso argumentativo na relação com o seu interlocutor.

É importante observar que para Motta quem narra sempre tem uma intenção, mas ele também pondera que muito provavelmente o narrador proceda intuitivamente, “de acordo com suas possibilidades situacionais, com os recursos discursivo de que dispõe, com as reações que ele presume a respeito de quem vê, lê ou ouve sua estória, ainda que este sujeito receptor seja apenas idealizado (como na comunicação de massa)”. (MOTTA, 2013, p. 147). É com base nesses pressupostos, portanto, que realizamos a análise a seguir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a definição do corpus, nosso primeiro movimento é quantitativo: a observação do que se fala, e como se fala, quando os textos jornalísticos envolvem crime e/ou violência e adolescência e/ou juventude. A partir da coleta dos materiais no Museu Antropológico Diretor Pestana (Hora H e Jornal da Manhã), e na internet (Ijuí News), aplicamos um protocolo de análise elaborado pela equipe de pesquisa. Assim, classificamos os textos que entraram no critério do nosso corpus

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

conforme a tipificação que propusemos para a pesquisa (notícia de crime, notícias sobre a redução da maioridade penal, notícia de contexto sobre violência, editorial ou texto de opinião), a ocorrência de suspeitos e vítimas, idades, local do crime, se há menção ao projeto de lei de redução da maioridade penal, as fontes das matérias, o tipo de crime, a linha de argumentação etc. Entendemos, para a realização deste estudo, que as notícias de crime são notícias sobre um caso ou ocorrência criminal em específico: a notícia de um roubo, furto, tentativa de homicídio, tráfico de drogas etc. Já as notícias de contexto sobre violência são aquelas que apresentam dados sobre a violência, aumento no número de homicídios, tráfico, ou algum tipo de crime em específico, que discutem a repercussão da violência para a sociedade. Encontramos no corpus também notícias sobre a votação do projeto de lei de redução da maioridade penal, e textos opinativos, com o ponto de vista tanto do jornal, no caso dos editoriais, quanto de colunistas e leitores, no caso de textos de opinião. Com base nessa categorização, nosso corpus foi composto por 80 textos jornalísticos. Mais da metade deles, 48, veiculados no Jornal da Manhã. Outros 14 textos no jornal Hora H e 18 no portal Ijuí News, conforme as tabelas abaixo:

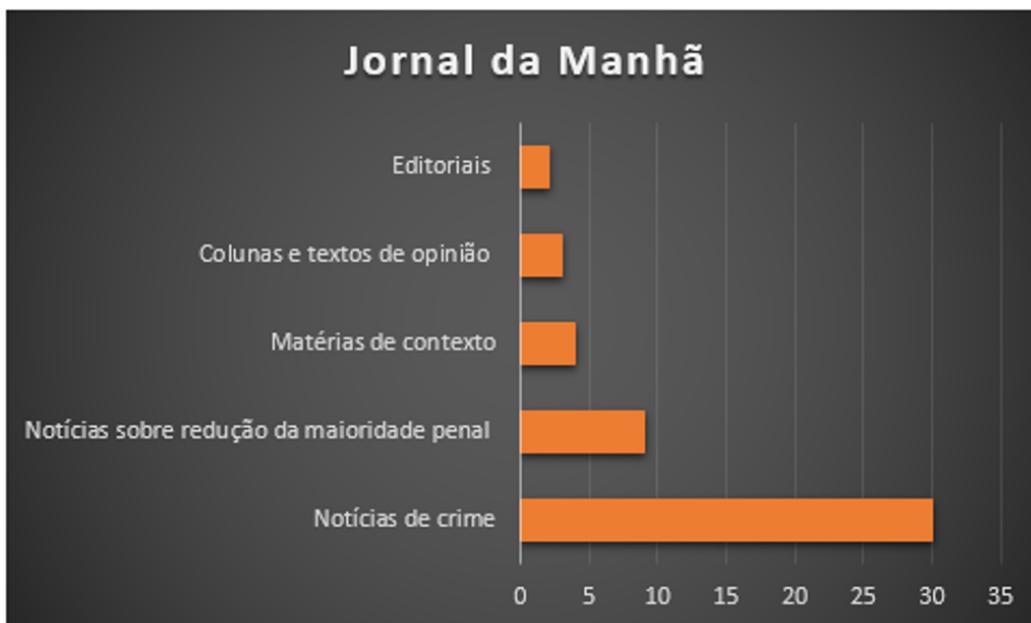


Tabela 1: Categorização de textos do Jornal da Manhã, nos meses de junho, julho e agosto de 2015

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

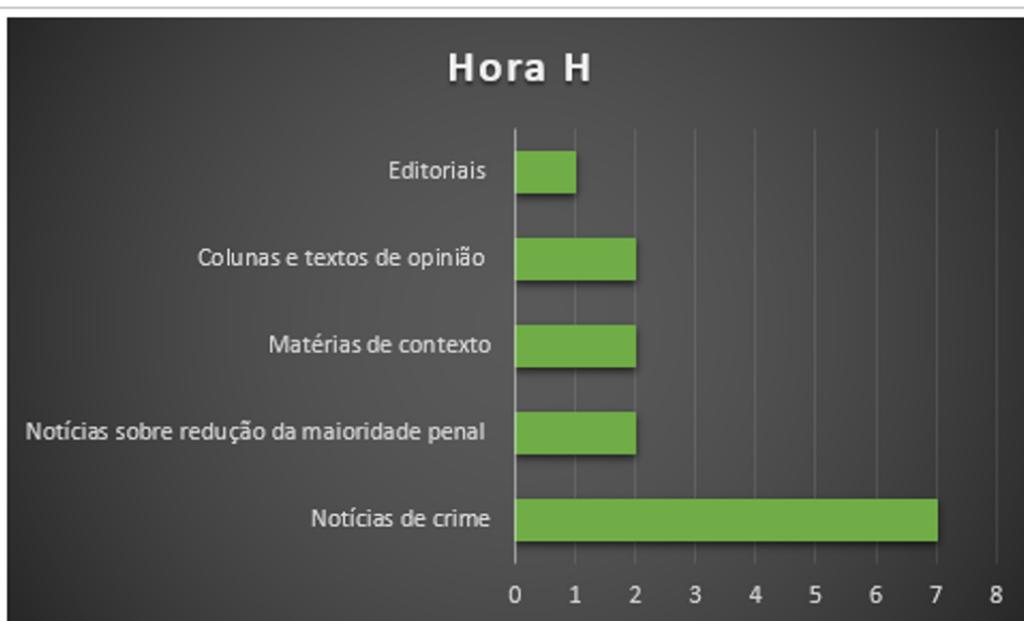


Tabela 2: Categorização de textos do jornal Hora H, nos meses de junho, julho e agosto de 2015



Tabela 3: Categorização de textos do portal Ijuí News, nos meses de junho, julho e agosto de 2015

Com as tabelas, podemos perceber a distribuição de notícias entre as categorias propostas para a análise em questão. Assim, no Jornal da Manhã, embora quantitativamente se tenha mais textos de

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

opinião, matérias de contexto e notícias sobre a redução da maioridade penal, proporcionalmente à quantidade de notícias singularizadas sobre crimes, elas representam uma quantidade menor que no jornal Hora H. Já no portal de notícias podemos perceber que não há notícias nem de contexto, nem sobre a redução da maioridade penal: a quase totalidade de notícias do período foi de casos isolados de crimes envolvendo adolescentes e jovens, sem atrelar ao contexto de redução da maioridade penal. A única discussão sobre o tema é a que é feita em um texto de opinião. Também não há posicionamento formal do veículo em si, em editorial. Na tabela abaixo, apresentamos um cruzamento entre as publicações dos três veículos analisados, de acordo com o padrão de cores das tabelas anteriores: laranja para JM, verde para Hora H e azul para Ijuí News:

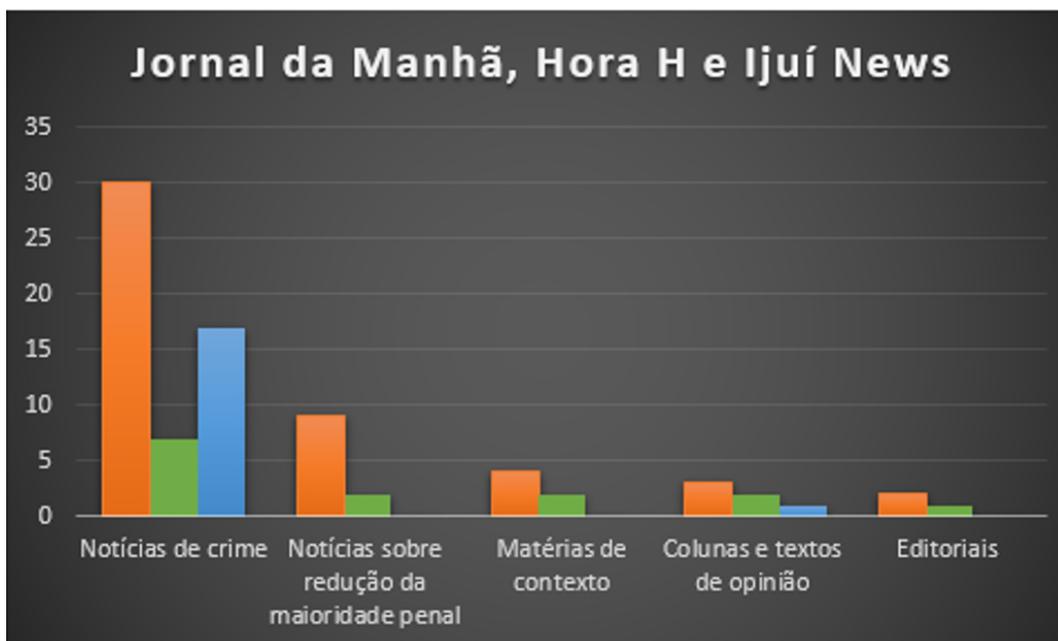


Tabela 4: Categorização de textos dos três veículos analisados, nos meses de junho, julho e agosto de 2015

O maior número de matérias em todas as categorias no Jornal da Manhã explica-se não apenas por um eventual maior interesse em pautas relacionadas a crimes e violência, mas à circulação do jornal, com edições em cinco dias da semana (de terça a sábado). O jornal Hora H tem uma edição por semana e, no caso do portal, cuja circulação é on-line, não há necessidade de fechamento de edição: as notícias tendem a ser veiculadas assim que finalizada sua redação.

Nos três veículos analisados, as notícias sobre crimes que envolvem adolescentes e jovens aparecem descontextualizadas da temática que, em alguns jornais mais do que outros, está também em questão: a redução da maioridade penal. Contudo, apenas chama a atenção numa perspectiva que colocaria a questão do envolvimento dos adolescentes e jovens na criminalidade, como vítimas ou suspeitos, como um problema de nosso tempo. Correia (2009) explica que as rotinas de trabalho nas redações são mais orientadas justamente para o que é pontual, com

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

começo, meio e fim, como um caso isolado de um crime, do que para o que se processa ao longo do tempo (2009, p. 134). Correia dialoga com Tuchman, que afirma que os temas (*questiones*) exigem explicações analíticas do mundo cotidiano enquanto experiência socialmente estruturada, indo para além do factual “quem, o que, quando, onde, por que e como” do lead. O jornalismo diário enfatiza o individual. Já o trabalho com temas acarreta na descrição de processos sociais que dizem respeito à inter-relação de instituições e problemas sociais (TUCHMAN, 1983, p. 148). Por isso seria difícil ver temas como o racismo ou o sexismo institucionalizados nos meios de comunicação, e aqui entendemos também o tema da violência na adolescência e juventude.

Nas notícias sobre crimes, percebemos a busca ora de um tom mais objetivo de relato dos fatos - embora praticamente sempre pautado pelas fontes policiais - ora em tom de punição dos acusados pelos crimes, com o uso de adjetivos depreciativos, como “meliante”, “delinquente”, “o indivíduo”, numa estratégia textual de afastamento do suspeito e busca de identificação com as vítimas. No período de análise, que só levou em consideração notícias de crimes que envolvessem adolescentes e jovens como personagens, são 65 os suspeitos ou acusados de crimes jovens, com menos de 30 anos. Desses, 23 são “menores de idade”, com menos de 18 anos. Já como vítimas, os jovens aparecem 25 vezes. Nesse número, uma vítima é criança, menino, e cinco são meninas adolescentes. Todas as adolescentes são vítimas de crimes de estupro. Assim, o noticiário nos apresenta mais notícias em que os jovens são responsáveis por crimes do que vítimas, o que vai na contramão de dados divulgados pelo próprio Jornal da Manhã no período, por exemplo, quando há a veiculação de uma notícia intitulada Taxa de homicídios de adolescentes cresce 90%, em que repercute dados do estudo Mapa da Violência. A matéria inicia com a informação de que Porto Alegre registrou um aumento de 90,4% nos homicídios de adolescentes de 16 e 17 anos no período entre 2003 e 2013. Em trecho do texto, diz-se: “O material, que pretende analisar a evolução da violência letal contra adolescentes desta faixa etária, foco da atual discussão sobre a maioridade penal, está sendo abordado na CPI do Assassinato de Jovens. Quase metade das mortes de adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil em 2013 teve como causa o homicídio”. A notícia foi veiculada no Jornal da Manhã em 1º de Julho.

Na composição da intriga da narrativa sobre a criminalidade singularizada, percebemos a recorrência de alguns elementos: quem fala, quando há fontes, são sempre fontes policiais, que buscam apresentar soluções para os casos. Informa-se quando o suspeito, ou mesmo vítima, já teve passagens pela polícia, como um indício de bom cidadão ou não. O recurso à palavra “jovem” é muito mais frequentemente usado para vítimas de até 30 anos. Suspeitos raramente são chamados de “jovens”. Aí chama-se de “homem de 23 anos”, por exemplo, ao indicar-se a idade, mesmo sendo jovem; do que apreendemos que juventude é usada como uma característica positiva pelo jornalismo. Os motivos que levam à ocorrência de um crime raramente são apresentados e adota-se a linguagem das autoridades policiais na maior parte das matérias, como por exemplo: “Foi encaminhado à Penitenciária Modulada de Ijuí, onde fica à disposição do poder Judiciário”, frase que se repete em muitos dos textos. O recurso linguístico aponta não apenas para uma linguagem que foge à linguagem do jornalismo, que se pretende mais coloquial para ser compreendida por todos os públicos, como adota termos jurídicos e policiais, deixando evidente o que apontam Ramos e Paiva (2007): que a polícia é a principal fonte, se não a única, na maioria dos materiais jornalísticos na cobertura sobre violência. Sendo a única fonte ouvida, é

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

comum a definição primária, como define Hall et. al (1982): a adoção do ponto de vista de primeira fonte entrevistada no enquadramento da notícia, no modo como ela será contada, inclusive com a reprodução dos termos mencionados pelas fontes.

Quando a questão é a redução da maioria penal, nos três veículos, em todos os textos de opinião, sejam eles de colunistas, leitores, ou escritos pelas próprias organizações noticiosas, os posicionamentos são contrários à redução da maioria penal. No Jornal da Manhã, em que há uma reportagem especial sobre o tema, ocupando duas páginas do jornal (edição dos dias 20 e 21 de junho), todas as fontes convocadas pelo jornal para falar sobre o tema são contrárias à redução. São elas uma psicanalista da Rede de Justiça, Direitos Humanos e Segurança Pública do Estado, Carla Binsfeld; o coordenador do curso de Pós-Graduação em Ensino de Sociologia da Universidade Federal de Santa Maria, Dejalma Cremonese; o diretor penitenciário regional Jair Felix, o juiz aposentado e conselheiro da Unicef João Batista Saraiva, o juiz da Vara da Infância e Juventude de Ijuí, Eduardo Giovelli, e o assessor jurídico da ONG Internacional Aldeias Infantis, Ariel de Castro. Aqui percebemos que não há o que no jornalismo se chama de triangulação das fontes, para abordar temas polêmicos, trazendo diferentes opiniões sobre o tema. A triangulação parte da doutrina do equilíbrio, herança de um modelo funcionalista do jornalismo, como técnica para assegurar a objetividade. Pereira Júnior (2010) apresenta a doutrina do equilíbrio como a garantia, no trabalho jornalístico, entre “o pró, o contra, os ângulos da notícia, quando faz apresentação das partes ou das possibilidades em conflito” (p. 54). Ainda que hoje se reconheça que a objetividade é uma meta inalcançável do jornalismo, a busca pelos diferentes campos em disputa discursiva é um recurso fundamental de apuração, para apresentar uma versão mais equilibrada dos fatos à audiência, mesmo se reconhecendo os acontecimentos, eles próprios, como “produtos de estratégias” (PEREIRA JÚNIOR, 2010). “Aquilo que se considera como o real começa a virar ‘fato’ ao ser ‘enquadrado’ por certas convenções e procedimentos. Para ‘acontecer’, a ‘realidade’ tem de ser embalada, codificada, alvo de decisões e exclusões, produto de procedimentos e movimentos de todo modo arbitrário” (p. 25).

Assim, mesmo que tenhamos uma pluralidade de fontes, todas elas expressam posições semelhantes sobre a questão; não são acionadas fontes com visão favorável ao projeto, apenas contrárias, o que deixa explícito o enquadramento do jornal, e projeto dramático do narrador. Na série de matérias do JM mencionada, o único espaço em que se veiculam opiniões favoráveis à PEC é em uma enquete em que foram entrevistados estudantes de Ensino Médio, da Escola Tiradentes, e três dos quatro ouvidos posicionaram-se a favor do aumento da idade mínima penal.

No jornal Hora H também se percebe o posicionamento do jornal contrário à questão, o que podemos inferir pelo seu editorial e textos de opinião veiculados. No período, o jornal veicula uma matéria de contexto que aponta para o crescimento da população carcerária no Brasil nos últimos anos, com base em dados divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Os dados são atualizados para o âmbito local com entrevistas com o Juiz da 1ª Vara Criminal de Ijuí à época, Vinícius Borba Paz Leão, e com o diretor da Penitenciária Modulada Jelson Luiz Vidal Tapia. Quanto a esse, a reportagem perguntou seu posicionamento com relação à redução da maioria penal e aponta que ele é “totalmente contra” e que “é muito triste ver jovens de 18, 19 anos presos”. A matéria também menciona que dos 538 presos na modulada em

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

Ijuí em 2015, 88 eram jovens entre 18 e 24 anos.

No portal Ijuí News a questão da redução da maioria penal aparece explícita apenas em um texto de opinião, também contrário à proposição, sem configurar um assunto que o veículo busca cobrir. Há um grande número de notícias envolvendo jovens e adolescentes com o crime, mas sem atrelá-las a contexto mais amplo, ou à temática da redução.

Além disso, ao observarmos o projeto dramático dos narradores, percebemos claramente o ponto de vista, já que a questão se trata de uma dualidade: favoráveis e contrários à proposição, e que os jornais em seus textos específicos sobre o tema apenas mostram os argumentos contrários. A seguir, reproduzimos alguns trechos das narrativas veiculadas nos dois jornais impressos, em diferentes momentos:

“(…) a proposta não vai trazer o resultado esperado e vai contribuir significativamente para o caos do sistema prisional brasileiro” (JM, sobre matéria com diretor penitenciário regional Jair Felix, 20 e 21 de junho)

“Em vez de enviar os adolescentes para os presídios, o jurista defende mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como, por exemplo, o aumento do tempo máximo de internação, que hoje é de três anos” (JM sobre matéria com jurista Saraiva, em 20 e 21 de junho)

“(…) a menos que haja 313 **deputados pensantes**, o futuro do País está sob forte ameaça, já que qualquer ato infracionário de um menor será punido com o rigor da lei para um adulto” (JM, editorial, 1 de julho de 2015)(grifo nosso)

“É compreensível que uma sociedade apavorada com os níveis de violência procure soluções imediatas, mas não é aceitável que os adolescentes paguem essa conta. A delinquência juvenil é um problema e deve ser encarado como tal, mas não são eles os causadores de toda essa violência, eles são resultados de uma sociedade que perdeu o controle e totalmente desinformada anda querendo lavar as mãos, jogando a culpa nessas crianças e adolescentes”. (JM, editorial, 3 de julho de 2015)

“**Aplaudido pelos presentes** na Câmara dos Deputados na madrugada de ontem, por seu discurso contrário à redução da maioria penal, o deputado federal Darcício Perondi foi **um dos poucos parlamentares contrários também às manobras do presidente da Casa**, e seu colega de PMDB, Eduardo Cunha. Em contato com o Grupo JM, o deputado reafirmou ser contrário à redução da maioria penal para solucionar o problema da violência no país (...) Para ele, basta aumentar de três para nove anos o período de reclusão desses adolescentes.” (JM matéria de 3 de julho: Perondi vota contrário à sua bancada). (grifo nosso)

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

“Na opinião do jurista aposentado, João Batista Saraiva, o tema tem sido conduzido de maneira emocional, pautado por um populismo penal que beira a irresponsabilidade (...). **Todos os especialistas da área, que conhecem a fundo a questão, recomendam outras propostas**, como o fortalecimento do modelo de justiça juvenil existente hoje”. (JM, 3 de julho, matéria Redução da Maioridade penal abrirá novas discussões) (grifo nosso)

“Não há nenhuma conquista prática com a imposição de penas adultas aos adolescentes. A cadeia não diminui a violência geral (menos de 5% dos crimes são praticados por adolescentes), nem sequer a criminalidade específica, até porque a prisão (o que realmente se deseja aos adolescentes infratores) é uma das mais significativas fontes de reincidência” (Hora H, Coluna Vale a Pena Sonhar, de Sergio Pires, no Jornal Hora H, 6 de junho, p. 3)

“Na quarta-feira (1^o) a Câmara dos Deputados rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que previa a redução. A PEC 171/93 precisava ter 308 votos a favor para ser aprovada, mas chegou apenas a 303. **Em uma manobra política**, o projeto, modificado em algumas questões, porém muito semelhante ao já apresentado, foi protocolado no dia seguinte. **No jogo político**, muitos deputados acabaram **“virando a casaca”** e aprovaram-na” (Hora H, 4 de julho, editorial) (Grifos nossos)

“Colocar os menores de 18 anos neste sistema, portanto, é algo que eu torço para que não aconteça” (citação de Vinícius Borba Paz Leão, juiz da 1^a Vara do Crime da Comarca de Ijuí, Hora H, 4 julho, p. 18)

Sem apresentar fontes ou opiniões que defendam um dos lados em questão, os jornais deixam evidentes que, em seus projetos dramáticos, evidenciam apenas um lado da polêmica: a posição contrária à redução da maioridade penal. Ao fazerem isso, também desqualificam a outra posição em questão, em trechos como “todos os especialistas que conhecem a fundo a questão recomendam outras propostas”, o que dá a entender que quem defende a atual proposta não é especialista da área ou não a conhece a fundo o suficiente, ou ainda que os deputados que votam a favor do projeto não sejam “pensantes”, além da denúncia da mudança de posicionamento de alguns deputados. A PEC foi a votação em 1^o de Julho, não obteve a quantia mínima de votos, e foi colocada novamente em votação em 2 de julho, no que foi chamado de “manobra política” por Hora H, por não ser um recurso comum ou possível da política brasileira a votação de uma matéria já apresentada ao plenário e rejeitada.

Uma possível contradição nos jornais, ao tratarem de maneira punitiva a juventude em conflito com a lei nas notícias singulares, e partirem em sua defesa no momento de discussão mais ampla sobre punição, pode ser observada a partir do jogo de vozes em disputa no jornalismo. Motta

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

(2013) observa que há três narradores, pelo menos, sobrepostos na comunicação jornalística: a) o veículo; b) o jornalista; c) a personagem (vozes que se manifestam nas reportagens, quase sempre em confronto uma com a outra). “No decorrer do processo de enunciação de cada assunto reportado, esses três narradores levam a cabo uma negociação simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz” (MOTTA, 2013, p. 109).

Sobre os veículos de comunicação de Ijuí, Eloísa Klein (2009) conta que “Em 1973, foi criado o Jornal da Manhã, por um grupo de empresários, entre os quais Emídio Perondi, Wilson Mânica e Edmundo Pochman (vinculados à Arena) (p. 69)”. O jornal segue sob a direção de Pochman, Wilson Mânica fundou outro grupo de comunicação, e Emídio, que já é falecido, era irmão de Darcísio Perondi, único deputado entrevistado na cobertura sobre a votação da PEC 171/93 pelo Jornal da Manhã. Assim, percebemos que há um alinhamento político com o deputado, que fica expresso na narrativa, não apenas contrária à redução, tal qual o posicionamento do deputado, como também abrindo espaço para sua opinião em suas páginas.

Já o Jornal Hora H, atualmente editado por um grupo privado, quando de sua fundação era editado por uma cooperativa, formada por professores, profissionais liberais, que se alinhavam politicamente à esquerda. Mesmo que hoje não seja mais uma publicação da cooperativa, o jornal parece seguir a linha editorial que possibilitava diálogo com públicos diferentes daquele do jornal já em circulação desde os anos 1970 e, numa pauta em que os setores políticos que se consideram à esquerda posicionam-se contrariamente a um projeto de lei que pede a redução da maioria penal, essa visão também compõe o projeto dramático do jornal. Essa estratégia pode ser tanto um posicionamento do próprio jornal, como um posicionamento para garantir recepção do público do veículo.

No caso do Ijuí News, percebemos que o portal parece não se importar em definir posicionamentos acerca dos temas em que cobre, sem apresentar textos editoriais ou de contexto, enfatizando a cobertura da criminalidade a partir de casos individuais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da narrativa jornalística sobre violência envolvendo adolescentes e jovens num período de discussão sobre redução da maioria penal (junho, julho e agosto de 2015) demonstra dois movimentos entre os jornais impressos em Ijuí/RS: a composição de matérias singulares, episódicas sobre violência, que tem nos adolescentes e jovens especialmente protagonistas da violência, e uma cobertura temática sobre a redução da maioria penal que busca associar a criminalidade ao contexto social em que é produzida. Os jovens, considerados suspeitos na maior parte das matérias de crime e violência, são considerados as grandes vítimas de um projeto de redução, oscilando entre o papel de protagonistas e antagonistas, simultaneamente. Percebemos assim uma desconexão entre a temática da violência envolvendo adolescência e juventude, e a cobertura singularizada, sempre presente no jornalismo considerado “policial”, que adota como fonte para falar de violência as autoridades policiais. Já na cobertura sobre a redução da maioria penal, outras fontes são acionadas: juízes, psicanalista, pesquisadores, juristas,

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

representantes de ONGs, dirigentes do sistema penitenciário, o que, se por um lado oferece uma cobertura parcial sobre a questão, que na realidade fática coloca-se em debate com forte dualidade instaurada, ao mesmo tempo permite um aprofundamento da temática da violência de rara incidência no jornalismo.

Se, por um lado, a análise dos jornais impressos nos leva a estas considerações, a análise do portal nos demonstra uma singularização ainda maior na narrativa sobre violência, sem preocupar-se com o contexto, mesmo que de maneira desconectada. As notícias são apenas sobre fatos isolados, e não aparece a discussão que está em pauta em âmbito nacional sobre a redução.

Adelmo Genro Filho (2012) entende o jornalismo como um modo de produção do conhecimento e, para ele, mesmo que o singular seja a forma de expressão do jornalismo, não podem ser negados os aspectos particulares e universais que neles estão contidos. Entendemos que uma cobertura que associa a violência e a criminalidade aos contextos em que são produzidas pode contribuir para a superação do senso comum, narrativamente expresso em mitos e fábulas que são passados através de gerações, como por exemplo: o crime não compensa (MOTTA, 2005), à qual podemos acrescentar e merece ser punido antes que seja cometido, a partir de estereótipos como o do jovem delinquente.

A cobertura dos jornais, mesmo que traga contexto e casos de violência de maneira desconexa, aponta para a possibilidade de, no encontro do leitor com as narrativas, produzir nexos que o jornalismo deixa em aberto, e pensar de maneira mais complexa o problema complexo que é a criminalidade no país em sua relação com a adolescência e juventude, principais vítimas da violência, mas tão frequentemente apontadas como culpadas. Assim, o jornalismo de proximidade pode exercer seu papel na regeneração do espaço público local, mas também olhando para os jovens e adolescentes no cenário local e não apenas como categoria abstrata.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Vítor. A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania ativa. In: CORREIA, João Carlos (Org.). **Ágora**. Jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades. Portugal, Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom, 2012. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora_ebook.pdf> Acesso em: Jul 2016. p. 1 - 16

BIRD, S Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 2016. p. 359- 375

CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

uma ética da proximidade no jornalismo. In: CORREIA, João Carlos (Org.). **Ágora**. Jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades. Portugal, Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom, 2012. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora_ebook.pdf> Acesso em: Jul 2016. p. 35 - 48

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Florianópolis: Insular, 2012.

HALL, Stuart et al. **Policing the crisis: mugging, the state and law and order**. Londres: Macmillan, 1982.

KLEIN, Eloísa Joseane da Cunha Klein. Do muro à letra impressa: resistência à ditadura e fundação do alternativo Informação em Ijuí/RS. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). **Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG, 2009. p. 63 - 75.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise pragmática da narrativa jornalística**. Portcom, n.1, p. 1-16, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf> . Acesso em: 18 Jun. 2016.

_____. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 254 p.

NASI, Lara. A violência narrada no jornalismo de proximidade em Ijuí- RS. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 14, 2016, Palhoça. **Anais do 14º Encontro da SBPJOR**. Palhoça: Unisul, 2016, p. 1 - 12

NASI, Lara. ANDRETTA, Juliana. A violência narrada: análise de notícias policiais envolvendo adolescentes e jovens em jornais locais de Ijuí-RS. In: Jornada de Pesquisa, 21, 2016, Ijuí/RS. **Anais do Salão do Conhecimento**. Ijuí: Unijuí, 2016.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, v. II, e. ed., 2013.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*.
Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983